

# O PALCO VIRA PALANQUE: A DIMENSÃO DA POLÍTICA NO CARNAVAL DO RECIFE (1955-1964)

*Data da submissão: 20/12/2023*

*Data de aceite: 02/01/2024*

**Rosana Maria dos Santos**

Universidade Federal Rural de  
Pernambuco (UFRPE)  
Recife -PE

<http://lattes.cnpq.br/3900261605147923>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar e problematizar a história do carnaval do Recife no período de 1955-1964. Nessa época, organizar o reinado de Momo tornou-se uma prioridade política, pois os administradores julgavam necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade: 'salvar o carnaval do Recife da decadência'. A década de 1950 é um marco para historiografia que analisa o carnaval do Recife. Logo após o fim dos festejos momescos de 1955, a Prefeitura da cidade, através do projeto de lei de autoria do Vereador Antônio Batista de Sousa, tenta tomar para si a organização da festa. Nesse contexto, em 1955, o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei Nº 3.346, de sete de junho, oficializando o carnaval da cidade, que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura (DDC). A lei tinha por objetivo a promoção

do carnaval voltado para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Entre as medidas propostas pela lei, foi prevista uma ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações Carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do carnaval do Recife. Assim, nesta pesquisa analisamos as disputas políticas, sociais e as proibições às práticas consideradas subversivas, que eram comuns nos dias de Momo. Buscamos também ressaltar a resistência dos populares que se equiparavam a qualquer tipo de norma ou proibição.

**PALAVRAS – CHAVE:** Política, Legislação, Carnaval, Departamento de Documentação e Cultura, Recife.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze and problematize the history of Recife's carnival in the period 1955-1964. At that time, organizing Momo's reign became a political priority, as administrators believed it necessary to create public policies capable of resolving an issue that had been highlighted in the city's newspapers for decades: 'saving Recife's carnival from decay'. The 1950s are a milestone for historiography that analyzes Recife's carnival. Soon after the end of the

carnival celebrations of 1955, the city's City Hall, through a bill authored by Councilor Antônio Batista de Sousa, tried to take over the organization of the party. In this context, in 1955, Mayor Djair Brindeiro sanctioned law No. 3,346, of June 7th, making the city's carnival official, which began to be organized by the Department of Documentation and Culture (DDC). The law aimed to promote carnival focused on tradition, thus preserving the frevo, maracatus and caboclinho clubs. Among the measures proposed by the law, financial aid was provided for blocks, samba schools and other Carnival associations that contributed to the animation and consolidation of Recife's carnival. Thus, in this research we analyze political and social disputes and prohibitions on practices considered subversive, which were common in Momo's days. We also sought to highlight the resistance of the people who equated themselves with any type of rule or prohibition.

**KEYWORDS:** Politics, Legislation, Carnival, Department of Documentation and Culture, Recife.

## O CARNAVAL DO RECIFE

O carnaval durante muitos anos foi visto como uma das paixões do povo brasileiro. A festa era caracterizada por muitos historiadores e antropólogos como um símbolo da identidade nacional. Porém, nos últimos anos, o estudo da festa tem revelado a complexidade do assunto e os meandros que envolvem o desenrolar dos festejos momescos, em que os sujeitos, ou melhor, os seguimentos excluídos, reivindicavam a possibilidade de participação ativa na criação de sua própria história (DAMATTA, 1992).

O interesse da historiografia sobre as festividades carnavalescas começou a ser visto na sua amplitude, seriedade e complexidade com o desenvolvimento da história cultural, quando houve um crescente empenho pelo estudo do tema, embora, alguns historiadores, antropólogos e cientistas sociais não conseguissem, de início, ver a amplitude e a riqueza presentes nos estudos dos comportamentos, atitudes e valores existentes na festa.

Estudar a festa de Momo no Recife sobre uma ótica de um carnaval 'símbolo de identidade cultural' é perigoso, pelo risco de deixar de lado o necessário estudo dos fatos atípicos e das "normas surdas", e dos sujeitos que fazem da festa o espaço para a subversão (THOMPSON, 2001).

Rita de Cássia Barbosa de Araújo (1996), ao analisar as manifestações originadas no carnaval do Recife, afirma que essas manifestações nasceram entre as camadas populares urbanas. A festa passou a ser vista como símbolo de identidade cultural para os recifenses. Nesse contexto, ela representaria a coesão social, a síntese dos elementos étnicos formadores do tipo brasileiro: o índio, o negro e o branco. Além disso, uma das teses defendidas pela autora é que o monstro popular ano a ano estava conquistando as ruas no final do século XIX e início do século XX. O reinado de Momo da elite era vulnerável às oscilações econômicas, e isso foi um dos motivos que fez crescer na cidade do Recife o carnaval popular. O povo se utilizava de várias estratégias para consolidar o seu espaço

e principalmente para salvar o carnaval, tendo em vista que já no século XX os periódicos anunciavam: 'O carnaval declina a olhos vistos'. (ARAÚJO, 1996, p.298).

[...] a população regia enérgica e ativamente, sobretudo o mundo dos Carnavalescos, que chegava a reunir clubes das mais diversas categorias para pressionar e exigir que os comerciantes dessem também a sua quota na festa que era pública e de todos, e da qual eles tanto se beneficiavam (ARAÚJO, 1996, p.299).

No início do século XX o tratamento da imprensa e da polícia com relação aos folguedos começaram a sofrer mudanças. A imprensa, que antes se utilizava de um tom sarcástico ao se referir aos folguedos, apresenta um discurso mais conciliador. Os jornais, com frequência colocavam em suas colunas diárias propostas de modificações para melhor ajustá-los ao modelo considerado "civilizado". Em 1910, pela primeira vez, os elementos das camadas pobres das agremiações foram retratados no Jornal Pequeno. Enquanto isso, a elite tentava a todo custo fazer um carnaval de rua excludente, procurando afastar-se da classe popular, mas o povo ganhou as ruas.

A polícia, o órgão público mais próximo dos populares, passou da repressão a guardiã das agremiações carnavalescas que com ela colaborassem. Essa mudança de atitude tinha um caráter político, uma vez que no século XX, o movimento operário, as greves, comícios e agitações políticas ganhavam força entre as camadas populares. Desse modo, as agremiações passaram a ser um dos canais mais eficazes para aproximar os políticos do povo (ALMEIDA, 2001; ARAÚJO, 1996).

A conquista das ruas pelo populares fez crescer os carnavais de sangue. Os anos de 1930 são marcados por uma forte competitividade e conflitos entre os clubes carnavalescos. E essa onda de violência tornou-se uma preocupação não só das autoridades políticas, mas também dos empresários da época. A insegurança durante os dias de Momo era tão grande que havia agremiações que ao saírem para as ruas solicitavam antes a proteção policial.

Para Roberto DaMatta (1992,p.91), 'na rua, então, o mundo tende a ser visto como um universo hobbesiano, onde todos tendem a estar em luta contra todos, até que uma forma de hierarquização possa surgir e promover alguma ordem'.

Diante da insegurança nas ruas durante os dias de festa, em 1930 foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana (FECAPE). Os argumentos que justificavam a sua criação eram que as elites estavam interessadas no progresso do Estado, e que se fazia necessário tornar o Recife uma cidade do turismo, do carnaval e da ordem (ANUÁRIO, 1938).

Segundo Araújo (1996), o argumento de que a Federação Carnavalesca foi criada para organizar os carnavais de sangue são genéricos. As elites locais precisavam se aproximar do povo, discipliná-los, ter o 'mostro popular' sobre seu controle. Em resumo, eles precisavam legitimar a ordem pública e fortalecer o seu poder econômico. No entanto,

além de tentar promover coesão social e dar vigor à ordem política e social dominante, a Federação tomou para si a tarefa de reelaborar e difundir símbolos da identidade cultural representativos da nacionalidade brasileira dando à questão uma dimensão regional.

Entre os anos de 1937 a 1945, a festa nos clubes do Recife foi amplamente privilegiada, em detrimento da folia nas ruas. Segundo Almeida, a tentativa de reorganizar o carnaval do Recife na década de 1930 refletem os desejos do Estado e das elites de encontrar uma saída para o reinado de Momo provinciano, que deveria ‘civilizar-se. O frevo passou a ser considerado a ‘alma mestiça do povo’, razão pela qual a descendência branca e europeia deveria brincar o carnaval sob um ritmo nobre, moderno e civilizado. O frevo era dança de negro que andava pela rua fazendo desordem (ALMEIDA, 2001).

Com o fim do Estado Novo, em dezembro de 1945, a FECAPE perde o apoio político e conseqüentemente o seu poder supremo na organização e promoção do carnaval de rua. O seu colapso aconteceu em 1947, quando a instituição convocou todas as agremiações para uma greve geral (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1947, p.3).

Enquanto a Federação tentava permanecer com o mínimo de força e prestígio que tinha antes, o Estado tinha se utilizado de diversos mecanismos para tentar coagir as agremiações carnavalescas a tomarem parte do seu carnaval. As investidas eram várias, desde ameaças, coação a suborno. Porém essas ações não implicaram no resultado pretendido,

(...) no ano passado, depois de nossa recusa de receber dinheiro para o carnaval, o que motivou o retraimento dos principais clubes, o interventor Dermeval Peixoto quis emendar a mão e decretou o carnaval oficial (...) Não foi desse mundo a propaganda. Empregaram todas as armas, desde subornoo à ameaça, para que os clubes tradicionais aderissem ao carnaval oficial. E tudo firme. No duro. Nem um dos grandes clubes, três dos quais já festejaram seu cinqüentenário, aderiu. Ainda outro dia, em plena assembleia, **um negro velho contou com seus pares da Federação que foi chamado a polícia para por na rua sua brincadeira. Davam-lhe tudo: licença gratuita, música, dinheiro. Resistiu. Ameaçaram-no de prisão.** Usou de estratégia e acabou mantendo sua solidariedade aos companheiros. O clube não saiu. Quando por esses tempos, os xeletéus diziam e escreviam que o carnaval oficial estava aminado e seria brilhantíssimo, por mais de uma vez, perguntei se poderia haver carnaval sem o veterano Vassourinhas, sem o Pás, sem o Lenhadores, sem o Toureiro, sem o Bola de Ouro, e nenhum destes se exibiria. E nenhum de fato se exibiu, por onde se vê que o carnaval oficial de 1947, teria sido tudo menos o carnaval pernambucano. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1948, p.2).

Lemos nesta notícia, do jornal Diario de Pernambuco, que as agremiações carnavalescas não se submeteram ao controle dos organizadores do carnaval de rua. As agremiações e seus integrantes buscavam de todas as formas subverter as ordens instituídas pelas autoridades. No entanto, isso não significa que os detentores do poder tinham perdido o controle sob a festa. As agremiações tinham plena consciência que precisavam submeter-se ao processo de domesticação imposta, para que assim pudessem

ser legitimadas e aceitas.

Em 16 de setembro de 1947, a Assembleia Legislativa do Estado modifica o Decreto nº110, de 10 de maio de 1938. Ficando estabelecido pelo Decreto nº 11, art 4º, que a FECAPE se tornava órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública, para assim conceder licença às agremiações carnavalescas. O órgão teria a função de encaminhar ao Secretário de Segurança Pública toda a documentação das agremiações carnavalescas, para a devida aprovação de participação dos festejos momescos promovidos pelo Estado (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1947).

[...] ART. 4º - **Fica a F.C.P. constituída em órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública**, para os efeitos deste decreto, precedendo audiência da mesma às licenças para fins do artigo 3º dêste decreto, durante os festejos carnavalescos. [...]

ART. 5º - A persistência do favor concedido, no artigo precedente, à F.C.P., dependerá do cumprimento por parte da mesma, das seguintes condições:

I – Premiar, do modo que julgar mais conveniente, a agremiação carnavalesca que mantiver em sua sede, ensino primário de letras ou de ofício para os associados ou seus filhos;

II – Desenvolver sua ação, nos municípios do interior , pelo modo que julgar conveniente;

III - estimular , por meios eficazes a **conservação do carnaval regional**, o desenvolvimento do turismo e da cultura popular;

IV – dar, logo após o carnaval, publicamente a todos os seus atos, inclusive os de economia interna;

Parágrafo único – Anualmente, após o carnaval, a F.C.P. relatará ao Secretário de Segurança Pública a sua atividade Social, apoiando-a em dados concretos;

ART. 6º - As associações carnavalescas filiadas à F.C.P. que mantiverem ensino de letras ou de ofícios, conforme o artigo precedente, inciso I, ficarão isentas de quaisquer taxas, na licença anual para o seu financiamento, gozando as demais, de cinquenta por cento (50%) de abatimento no valor da mesma;

ART. 7º - As associações não filiadas ou, por qualquer motivo, desfiladas, passarão para o controle imediato do Serviço de Censura de Diversões Públicas, não gozando dos favores concedidos às que forem registradas na Federação Carnavalesca Pernambucana (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1947).

Assim podemos perceber que FECAPE perde ajuda financeira do Estado. Até 1947, ela tinha o controle financeiro da verba destinada pelo Estado para a promoção do reinado de Momo. No carnaval de 1948 a Federação continuou enfrentando dificuldades financeiras, pois, sem o apoio do Estado, ela teve que se desdobrar para conseguir dinheiro. A estratégia criada pela instituição foi a promoção de concursos para clubes, blocos, troças e maracatus, em associação com a empresa Moagens do Recife.

As novas funções da Federação Carnavalesca eram promover diversas licenças para

os clubes, elaborar contratos para serem utilizados nas negociações com o sindicato dos músicos e a manter a paz e harmonia entre os brincantes, inclusive entre grupos de frevo e escola de samba. Era também sua atribuição determinar os padrões e as características essenciais para a classificação de cada gênero de agremiação, ou seja, como deveria ser a composição de um clube, bloco, maracatu, escola de samba e boi.

Na década de 1950, a Federação ainda tinha em sua diretoria pessoas da alta sociedade pernambucana: donos de indústrias, intelectuais e políticos, como Aristófares de Andrade, vereador com vários mandatos na Câmara Municipal do Recife.

O Estado procurou incentivar muitas agremiações desfiladas da Federação a voltarem para o seu controle. Essa decisão ocorreu após intervenção da Câmara dos Vereadores do Recife, que se empenhou no retorno dos clubes desfilados, para que voltassem a ser regidos e controlados (FOLHA DA MANHÃ, 1948).

Como vimos, a FECAPE pelo decreto nº 11 de 1947, passou a ser uma ponte entre as agremiações e a Secretária de Segurança Pública. É válido lembrar que as agremiações tinham um poder de organização social, política e uma capacidade de subversão que extrapolavam qualquer lei ou norma.

O Sr. Sergio Godoy, depois de justificar o dever que tem o município de apoiar e incentivar as festas populares e de tecer considerações em torno do carnaval pernambucano encaminhou a mesa um projeto de sua autoria subscrito por todos os vereadores autorizando a Prefeitura a conceder um auxílio de Cr70. 000,00 à Federação Carnavalesca Pernambucana (FOLHA DA MANHÃ, 1948, p. 2).

Os jornais que circulavam na cidade do Recife davam indícios de que outras entidades da sociedade civil passariam a ser organizadoras da festa. Esses segmentos encontraram mais apoio nas ações do Estado do que a Federação, pois aqueles grupos não estavam vinculados à estrutura do Estado Novo. A saída de Getúlio Vargas do poder fez com que o movimento de contestação à Federação se consolidasse.

Depois da greve e do “boicote” declarado ao carnaval institucional de Demerval Peixoto, um grupo alternativo começou a ganhar destaque nos jornais: A Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife (ACCR), cujas propostas eram trazer para a festa a supressão da influência do Estado sobre a brincadeira de rua, através de representações de que o reinado de Momo era uma festa democrática. Segundo Vidal:

O modelo de carnaval que foi apoiado pelo poder público a partir de 1948 foi o do carnaval livre dos formalismos excessivos. Não era o carnaval da liberdade e, talvez –possa-se dizer – da liberalidade. O novo projeto para o carnaval articulado pela ACCR reuniu apenas um grupo de intelectuais em torno do projeto de fazer acontecer o carnaval. Uma ação pretensamente despreziosa, mas que realçou um caráter político também, sobretudo porque negou o modelo político anterior, afirmando-se como uma nova ordem instaurada (VIDAL, 2010, p. 188).

A Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife aos poucos manifesta sua

real intenção de substituir a FECAPE no seu papel de controle estatal do carnaval. No seu discurso de que estava promovendo um carnaval democrático para o povo. Anualmente a ACCR armava um palanque no Pátio do Paraíso, onde os populares não poderiam se aproximar e nem desfrutar daquele espaço, pois o acesso era reservado a jornalistas, autoridades e convidados. As agremiações quando passavam no Pátio do Paraíso tinham por obrigação parar por alguns minutos no palanque da Associação (FOLHA DA MANHÃ, 1948).<sup>1</sup>

Os impressos provocavam um efeito do real, ou seja, eles muitas vezes não revelavam a veracidade dos fatos, ou até mesmo escolhem quem seriam os heróis da história. Os impressos são textos dirigidos intencionalmente ao público. Ele é organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas, além disso, ele visa divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas, a partir de uma história ou de uma reflexão (FARGE, 2009).

Nos jornais de circulação em meados da década de 1940, é comum encontrar reportagens que remetam o êxito do carnaval à Associação dos Cronista,

O carnaval no Pátio do Paraíso é o assunto obrigatório dos meios Carnavalescos. Ali será armado o pavilhão oficial da Associação dos Cronistas Carnavalescos em frente a o qual desfilarão todos os clubes pedestres, blocos, troças, escolas de samba, maracatus e caboclinhos. Os clubes de alegoria e crítica passarão, também em frente ao palanque oficial da A.C.C.R. **Recebendo dos jornalistas as mais expressivas manifestações de simpatia** (FOLHA DA MANHÃ, 1949, p.3). (grifos meus)

Nos carnavais da década de 1950, os jornais começam a anunciar que era de total responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Recife, através da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), promover e animar o carnaval de rua. Segundo o Jornal Diário da Noite, do dia vinte e seis de fevereiro de 1955, o vereador Antônio de Sousa apresentou à Câmara Municipal o que viria a ser lei do carnaval.

A proposta era que a Prefeitura do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura (DDC)<sup>2</sup>, organizasse e promovesse os festejos carnavalescos do Município. A lei tinha por objetivo a promoção da folia voltada para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Uma das medidas propostas pela legislação foi a ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do carnaval do Recife.

Em 1955 o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei nº 3346, de sete de junho de 1955, oficializando o carnaval da cidade, que passou a ser organizado pelo Departamento

1 O Pátio do Paraíso era localizado no Bairro de Santo Antônio, no Recife.

2 Em 1953, durante a reforma administrativa determinada pelo prefeito José do Rego Maciel, a Diretoria passou a denominar-se Departamento de Documentação e Cultura. Os serviços do Departamento sofreram vultosas mudanças, tanto nos seus serviços como na sua estrutura. Também era de responsabilidade do DDC promover a cultura e recreação no Recife, que tinha por finalidade proporcionar à população filmes, bibliotecas, discotecas, sessões de teatro e música.

de Documentação e Cultura.<sup>3</sup> No entanto, em 1956, sob forte pressão popular, o prefeito recém-eleito, Pelópidas Silveira, convocou a Câmara Municipal dos Vereadores para rever a lei nº 3346/1955. Segundo ele, a normatização não preservava o tradicionalismo da festa Carnavalesca recifense. Com a revogação da lei em 1956, as escolas de samba não receberiam a subvenção paga pela Prefeitura da cidade.

Inúmeras matérias foram publicadas em diversos jornais recifenses provocando um debate nos periódicos sobre a forma que deverá ser conduzida a oficialização do carnaval da Prefeitura da cidade. Diversos intelectuais procuraram dialogar uns com os outros buscando a legitimidade dos seus escritos. Foram praticamente unânimes em afirmar uma posição contrária à disponibilização de recursos públicos da Prefeitura para subsidiar as escolas de samba. Julgavam que essas práticas culturais não serviam para representar a 'legítima' cultura do (nosso) Estado (SILVA, 2011, p. 116).

De 1955 a 1964, o carnaval do Recife passa por constantes mudanças na sua legislação. Em 1964, na primeira gestão do Prefeito Augusto Lucena, foi criada a lei nº 9.355, de 14 de dezembro, sendo constituída a Comissão Organizadora do Carnaval (COC), presidida pelo Secretário de Educação e Cultura, com representantes da Câmara Municipal, Federação Carnavalesca, Associação de Cronistas, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Governo do Estado e quatro outros integrantes escolhidos pelo governante municipal.

O reinado de Momo tornou-se uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade: quem salvará o carnaval do Recife da decadência, ou seja, o reinado de momo com pouca participação do povo e das agremiações (DIÁRIO DA NOITE, 1955). Era comum nos jornais encontrar críticas aos organizadores da festa, políticos que defendiam na Câmara Municipal maiores iniciativas para restaurar a brincadeira do Recife e, sobretudo, melhorar as condições das agremiações carnavalescas. A festa de Momo se torna palco de acirradas lutas pelo poder, prestígio social e pela defesa de interesses particulares. Neste sentido, objetivo deste artigo é analisar e problematizar a história do carnaval do Recife no período de 1955-1964.

## **AS DISPUTAS POLÍTICAS EM TORNO DA LEGISLAÇÃO DO CARNAVAL**

Ao observarmos a lei 3.346/1955, encontramos indícios de que a legislação do carnaval veio para consolidar as disputas políticas em torno da festa. De acordo com o artigo 6º da lei em questão: “a Câmara Municipal do Recife far-se-á representar junto ao Departamento de Documentação e Cultura por três dos seus membros, designados pelo

---

3 Djair Falcão Brindeiro assumiu o governo municipal em 15 de março de 1955, nomeado pelo governador Cordeiro Farias, permanecendo até 14 de dezembro do mesmo ano. Durante a sua gestão realizou diversas obras na cidade, tais como: a Restauração das fontes dos parques 13 de Maio, Praça da República, Praça 17, Maciel Pinheiro e Entroncamento. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Galeria dos Prefeitos. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br>. Acesso em 21 de dez de 2021.

plenário e que terão direito a tomar parte em todos os atos concernentes à organização do carnaval do Recife” (DIÁRIO DA NOITE, 1955, p.5). Essa determinação garantia à Câmara Municipal uma fiscalização mais efetiva nas providências para a preparação dos festejos momescos e um maior controle na distribuição das verbas. Em resposta à legislação que dava à Câmara Municipal o poder de decisão sobre o futuro da festa, o jornal Folha da Manhã fez uma severa crítica, principalmente quanto aos recursos destinados às agremiações:

Como é sabido, são os diretores e associados das nossas agremiações carnavalescas quem arrastam com sacrifício de toda natureza, promovem e abrilhantam o carnaval do Recife. Portanto se dependessem eles da ajuda oficial tão malsinada, de há muito que teriam sido extinto o chamado carnaval de rua (FOLHA DA MANHÃ, 1956, p.8).

Segundo o Jornal Diário da Noite, em 1956 circulava por toda a cidade a notícia de que a Prefeitura da cidade deixou de cumprir integralmente a lei Antônio de Sousa, que oficializou o carnaval pernambucano. O prefeito Pelópidas Silveira, eleito em 1955, rapidamente desmentiu todos os boatos, afirmando que seria entregue às organizações carnavalescas, na forma prevista pela lei, as verbas destinadas à promoção da festa, num montante de 600.000 Cruzeiros.<sup>4</sup>

No dia 27 de janeiro de 1956, Pelópidas Silveira regulamenta a lei N° 3.346/1955, sancionando a Lei a partir do Decreto lei° N° 1.351, dando ao DDC - Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife - o encargo de promover e patrocinar os festejos Carnavalescos na capital pernambucana. Com essa regulamentação, a Prefeitura da Cidade do Recife centraliza o seu poder sobre o carnaval.

Como já vimos, o DDC foi incumbido de promover e patrocinar os festejos carnavalescos na capital pernambucana, centralizando o poder de regulamentar e organizar. E como reagiram aquelas pessoas e instituições que antes estavam encarregadas de organizar o carnaval? A ACCR, antes da revisão da lei em questão, a todo o momento enfatizava nos jornais o seu total apoio ao Carnaval oficial, se comprometendo a organizar a festa de rua e classificar os campeões, entregando prêmios em dinheiro e troféus aos vencedores, cabendo ao Departamento de Administração da Prefeitura armar o palanque oficial no Quartel General do frevo. No entanto, após a regulamentação da lei 3.346 de 7 de junho de 1955, Pelópidas Silveira diminui o poder de decisão que a ACCR estava conquistando na organização e promoção do festejos momescos com o fim do Estado Novo.

---

4 A eleição de Pelópidas Silveira, em 1955, se deu num contexto de esperança. O prefeito era do Partido Socialista Brasileiro e obteve uma votação expressiva [...]. Na sua gestão, a organização da administração municipal foi modificada. Foram feitos concursos públicos, restauração de cargos e salários, mudanças no sistema de arrecadação de tributos, disciplinamento no uso do solo e programa de atendimento às populações carentes, atingindo a alimentação, educação, cultura e habitação. Tudo isso revela a forte intervenção do poder público na vida da cidade; ao mesmo tempo ampliava-se a participação popular, com o crescimento das associações de bairros e de moradores. Havia condições políticas para que se democratizassem as relações de poder, para que se pensasse a modernização junto com a modernidade política. REZENDE, Antônio Paulo de Moraes, *O Recife: História de uma Cidade*. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002, pp. 130-131.

ART.4º - Caberá a uma comissão, presidida pelo Diretor do Departamento de Documentação e Cultura e composta dos três vereadores indicados pelo plenário da Câmara Municipal, nos termos do art.6º da Lei n. 3.346 um representante da Federação Carnavalesca Pernambucana, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos e dois membros de livre escolha do Prefeito do Recife, jogar os concursos estabelecidos no art.1º e seus parágrafos e opinar quando à ornamentação, iluminação, propaganda, animação dos festejos, bem como quanto à distribuição da verba prevista no art.2º. deste regulamento. Das decisões dessa comissão que serão sempre tomadas por maioria caberá recurso, por iniciativa do Diretor da D. D.C, para o Prefeito (FOLHA DA MANHÃ, 1956, p.6).

Essa decisão da Prefeitura gerou uma série de críticas nos periódicos da cidade, com relação à organização do carnaval do Recife. Para entender o discurso midiático que circulou na urbe a partir de meados da década de quarenta, é preciso perceber que a propagação do *slogan* 'melhor carnaval do mundo' não era apenas um fanatismo ou uma paixão pela folia recifense, mas sim, um interesse político e institucional. Quando os Cronistas (ACCR) perdem o poder de decisão na promoção da festa, as críticas tornam-se constantes e contundentes.

O discurso que circulava, nos jornais da cidade, era de que a Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife estava disposta a dar toda colaboração ao poder público para restaurar o carnaval de rua da capital pernambucana, e foi por isso que credenciou representantes para comporem o Plenário da Comissão Organizadora do Carnaval<sup>5</sup>. Entretanto, a entidade declarou que não estava vinculada a nenhum grupo político. Ela visava apenas resguardar as tradições da maior festa popular, que é a festa de rua da cidade do Recife e todas as suas manifestações populares.

Nunca pensei que a organização do carnaval fosse gerar tanto tumulto. Carnaval, afinal de contas, é uma guerra pacífica, e não uma guerra de verdade. Leio nos jornais que a Comissão Organizadora do carnaval está decidindo o destino do carnaval do Recife a portas fechadas. Que segredo de Estado estarão sendo discutidos? Planeja-se algum golpe ou atentado ao governador Carlos Lacerda? (DIÁRIO DA NOITE, 1964, p.7)

A Associação dos Cronistas fomentava e propagava nos jornais que os foliões e as agremiações deveriam, em nome da festa e não em favor da oficialização do Carnaval, salvá-lo. Eles difundiam o lema: 'liberdade para o carnaval do Recife'. É válido salientar, que a atuação dos Cronistas deve ser vista com muita cautela, pois existe uma produção de significado no que foi escrito ou até mesmo no silêncio do que não teve resposta, do não dito. Ao analisar os jornais de circulação na cidade, percebemos que a ACCR se utilizou do poder de persuasão no seu discurso, para tentar minar o carnaval oficial (FOLHA DA MANHÃ, 1953, p.8).

---

5 O termo Comissão Organizadora do Carnaval já começa a ser utilizado nos periódicos de circulação no Recife no início dos anos de 1960. No entanto, a lei 9352 que atribui à Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio da Comissão Organizadora do Carnaval, a função de: programar, patrocinar e promover os festejos carnavalescos do Município só foi sancionada em 1964, na gestão prefeito Augusto Lucena.

A disputa pelo poder do carnaval pode ser vista diariamente nos periódicos da cidade. A Comissão Organizadora do Carnaval, a Associação dos Cronistas e a Federação Carnavalesca de Pernambuco faziam calorosos debates em suas reuniões. Contudo, o que prevalecia era a decisão dos representantes da Prefeitura, que era constituída por dois membros escolhidos pelo prefeito.

Reuniu-se ontem, a Comissão Organizadora do carnaval, sob a presidência do sr. José Césio Regueira Costa, com a presença dos Srs. Newton Cardoso, Lula Cardoso Aires, Arnaldo Moreira Pinto, Aristófanes da Trindade, Aristófanes de Andrade e Sérgio Godói. A entidade, depois de acalorados debates resolveu, entre outras coisas, o seguinte: [...]

e – Determinar que a “Federação Carnavalesca” e “Associação dos Cronistas” escolham os locais onde dever ser armados seus pavilhões oficiais, em ângulos mortos, na forma de sugestão feita pela Delegacia de Trânsito;

h – Rejeitar a proposta do presidente da ACCR no sentido de ser registrado, em ata, o artigo do jornalista Mario Melo, intitulado “Gaudérios do carnaval”, inserido no “*Jornal do Comércio*”.

**A proibição da montagem da passarela teve o voto em contrário do representante da ACCR, que considerou um ato de arbitrário, injustificado, da maioria** (FOLHA DA MANHÃ, 1958, p.8). (Grifos meus)

Insatisfeita com a atitude da Comissão Organizadora do Carnaval, a ACCR resolve funcionar em outro local, para que assim pudesse ter a ampla liberdade de ação, que havia perdido com a lei do carnaval. A Associação dos Cronistas também foi proibida de colocar o seu letreiro luminoso em frente ao seu pavilhão, montado na Praça da Independência. A comissão do carnaval considerava o letreiro desatencioso e símbolo de muita vaidade.

Neste sentido, a partir de 1955 o reinado de Momo na capital pernambucana ganhava outra forma. A decoração da cidade era de responsabilidade da Prefeitura, não sendo permitida por lei a ajuda dos comerciantes e lojistas. No entanto, para que a Comissão Organizadora do Carnaval pudesse planejar uma decoração que contemplasse todas as artérias do Recife, era necessária uma maior elasticidade financeira. Porém, o que observamos nos periódicos era que a decoração do carnaval ficava concentrada em algumas ruas ou avenidas, com a finalidade de evitar dispersão da verba pública. As demais ruas do centro receberam apenas iluminação. A decoração das outras ruas do centro ficava a cargo dos comerciantes que desejassem adornar trechos em frente às suas lojas, pois teriam a permissão da prefeitura para fazer publicidade, e ainda ganhariam a iluminação. Essa prática era comum, porém desrespeitava a lei do carnaval.

Os carnavais nas décadas de 1950 também foram marcados pela corrupção. Muitas agremiações recebiam a subvenção e não desfilavam. Porém, pela lei, elas teriam um prazo para a devolução do dinheiro. Caso não devolvessem o dinheiro, seriam obrigadas a desfilar no ano seguinte sem receber qualquer ajuda e, se novamente não desfilassem, seriam rebaixadas de categoria, ficando proibidas de realizar o desfile oficial no Município,

além da exigência da devolução do dinheiro através da justiça. Segundo o Art. 2º nos parágrafos 1º, 2º e 3º da lei nº 3346/1956,

[...] § 1º - A distribuição da verba prevista na letra a deste artigo será feita em duas cotas, após à dedução das verbas necessárias a atribuições de prêmios nos concursos adotados a primeira quota, após a exibição dos clubes.

§ 2º - **A entidade carnavalesca que receber a primeira quota de auxílio e não se exhibir durante os festejos carnavalescos que se seguirem ficará impedida de receber quaisquer auxílios 3 anos consecutivos**, sem prejuízo de outras sanções que a Prefeitura resolver adotar e que poderão ir até à exigência judicial da devolução da primeira quota.

§ 3º - Somente serão distribuídas as quotas aqui previstas as organizações que satisfaçam as condições desse regulamento e que provem ter existência legal e ter se exibido no carnaval de um dos três últimos anos (FOLHA DA MANHÃ, 1956, p.6). (grifos meus)

Os problemas financeiros das agremiações eram vários: parcelamento e atraso da subvenção; grupos de segunda categoria ganhavam menos que os da primeira categoria, mas tinham que fazer um desfile luxuoso, para continuar recebendo a verba. A subvenção recebida não dava para custear os seus gastos, além disso, havia presidentes que defendiam os interesses financeiros próprios e não os das agremiações, muitos desses líderes, deviam valores altíssimos, adquiridos através de empréstimos, o que acabava deixando as agremiações com uma situação financeira ruim.

## CARNAVAL É UMA BRINCADEIRA SÉRIA

Por meio desta pesquisa, percebemos que o carnaval pode ser compreendido como processo de criação social do espaço, que obedece a uma lógica determinada pela existência dos que fazem o carnaval do Recife: clubes, troças, blocos, maracatus e caboclinhos, escolas de samba e os foliões. Sujeitos que se materializam nos estandartes ou no próprio uso do espaço (com os cortejos) a sua existência, os seus valores e a sua influência sobre a vida social e cultural da cidade. Eram sujeitos que estavam sempre em busca de melhores carnavais, era um desejo incessante de querer sempre mais.

A análise da organização da festa de Momo no Recife na década de 1950 nos levou a caminhos e problemáticas plurais. Concluímos que o carnaval configurou-se como um fenômeno que constituiu a manifestação do uso dos espaços (as ruas e os clubes) e todas as suas complexidades.

O reinado de Momo exerceu uma função pedagógica, em que valores e condutas precisavam ser moldados a partir de leis que eram instituídas. No entanto, o que observamos foi a resistência das agremiações que passaram pelas mais diversas dificuldades, como a insuficiência de verbas e o não reconhecimento da sua importância para a preservação do carnaval de rua. A festa que ganhava as ruas incomodava, assustava pelo crescimento

rápido, e se fazia presente e atuante nos diferentes espaços sociais do Recife, como uma rede transparente que reveste toda a cidade, interligada por vários pontos de animação.

Foi possível observar, uma maior preocupação com o carnaval de rua a partir da década de 1930, com a criação da Federação Carnavalesca de Pernambucano que, motivada pelo exercício de maior controle sobre a festa de rua da cidade, e, sobretudo das agremiações carnavalescas, inicia um novo capítulo na história do carnaval do Recife.

Já década de 1950, o carnaval tornou-se uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas que fossem capazes de organizar a festa de Momo, e assim ter um maior controle sobre ele, no entanto, nem sempre essa tentativa de ordenação da festa funcionou. O que analisamos nos periódicos de circulação na cidade foi que a política influenciou nas tomadas de decisão das comissões formadas para organizar o carnaval. Além disso, as verbas destinadas à organização da festa eram insuficientes e não davam nem para custear a metade das despesas com os festejos. Tudo isso contribuiu para tornar o carnaval um espaço de disputas, críticas constantes e insatisfações.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas: FFLCH: USP, 2001.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas**: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas públicas e carnavais**: entre o negro e a cultura popular em Pernambuco. In ALMEIDA, Luiz Silva de; CABRAL, Otávio; ARAÚJO, Zezito. (org). O negro e a construção do Carnaval no Nordeste. Maceió: Edufal, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecoss da Folia**: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro**: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

MORROQUIM, Dirceu S.M. **História de um navio holandês** (1939): antecipações do turismo em Pernambuco. In CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES Aline Montenegro. Histórias do Turismo no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2013

PAZ, Raissa Alves Colaço. **Preocupações artísticas: o caso do atelier coletivo da sociedade de Arte Moderna do Recife**. Dissertação de Mestrado em história. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

SILVA, Augusto Neves da. **Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)**. Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011.

SILVA, Gustavo de Medeiro. **Carnaval, Mercado e Diferenciação Social**. Recife, dissertação de mestrado em Administração, UFPE, 2004.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha: presença do Teatro de Estudantes e do gráfico amador no Recife (1946 -1964)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

THOMPSON, E.P. **Folclore, antropologia e história social**. IN: NEGRO, A.L. & SILVA, S (org.). As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

VIDAL, Francisco Mateus Carvalho. **A Fresta do estado e o Brinquedo para os populares: História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)**. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2010.